

# ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO NO DISCURSO DE SUJEITOS DESLOCADOS NO BRASIL

## RECEPTION AND INTEGRATION IN THE DISCOURSE OF DISPLACED SUBJECTS IN BRAZIL

Gláucia Muniz Proença Lara <sup>1</sup>[0009-0008-8037-9490]

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG), Brasil  
gmplara@gmail.com

**Resumo.** O artigo analisa as práticas diárias de migrantes brasileiras mães de crianças com deficiência na Alemanha e suas estratégias para superar barreiras estruturais à participação social nesse contexto interseccional de migração e deficiência de um ou mais filhos. Além disso, a pesquisa investiga como as infraestruturas locais via políticas sociais e digitais através de tecnologias digitais de comunicação e informação (TDCI) impactam o acesso a direitos e à participação social das entrevistadas, considerando a complexa realidade da imigração e da prática do cuidado a longo prazo aos filhos. A partir dos estudos de caso, observa-se que as tecnologias digitais facilitam o acesso à informação e a troca entre pares. Contudo, em um segundo momento, a garantia de acesso a serviços e direitos, como inclusão escolar, terapias e programas de inserção das mães na sociedade alemã, frequentemente permanece limitada e, às vezes, até inacessível, principalmente em áreas distantes de grandes centros urbanos. Isso destaca a necessidade de políticas públicas mais eficazes, abrangentes e interseccionais para essas famílias, oferecendo respostas para esse desafio global e valorizando a diversidade como ferramentas para o desenvolvimento inclusivo e democrático.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade, mães migrantes, crianças com deficiência, acesso digital, barreiras estruturais

**Abstract.** The article analyzes the daily practices of Brazilian migrant mothers of children with disabilities in Germany and their strategies to overcome structural barriers to social participation in this intersectional context of migration and disability involving one or more children. In addition, the research investigates how local infrastructures via social policies and digital infrastructures through digital communication and information technologies (DCITs) impact the access to rights and social participation of the interviewees, considering the complex reality of immigration and the practice of long-term childcare. From the case studies, it is observed that digital technologies facilitate access to information and peer exchange. However, subsequently, the guarantee of access to services and rights, such as school inclusion, therapies, and programs for the mothers' integration into German society, often remains limited and even inaccessible, especially in areas far from major urban centers. This underscores the need for more effective, comprehensive, and intersectional public policies for these families, providing solutions to this global challenge and valuing diversity and inclusion as tools for sustainable development.

**Keywords:** Intersectionality. Migrant mothers. Children with disabilities. Digital access. Structural barriers

## 1 Introdução

Discorrer sobre os fluxos migratórios atuais, considerando seus aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e mesmo subjetivos, é um dos principais desafios mundiais, haja vista sua dimensão, que pode ser constatada pelo número cada vez maior de pessoas que têm se deslocado internacionalmente por razões diversas: seja para buscar melhores condições de vida (migração voluntária, caso dos migrantes), seja para escapar de conflitos armados, perseguições (política, étnica, religiosa etc.) ou violações de direitos humanos (migração forçada, caso dos refugiados).

Embora o presente trabalho não tenha caráter quantitativo – sendo, antes, qualitativo e interpretativo –, alguns números podem nos ajudar a visualizar as migrações internacionais contemporâneas de forma mais clara. Wenden (2020), por exemplo, menciona que, depois do fim da Guerra Fria, a cifra de migrantes internacionais elevou-se de 77 milhões, no meio dos anos 1970, a 271 milhões nos dias de hoje. Informações mais recentes, disponibilizadas pelo ACNUR, revelam que o número total de refugiados no mundo subiu para 120 milhões, de acordo com dados de maio de 2024, o que equivaleria à população de um país do tamanho do México. No Brasil, em 2023, foram contabilizadas 58.628 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, com destaque para os venezuelanos, responsáveis por 29.467 (50,3%) dos pedidos (*Refúgio em Números/2024*).

Esse significativo volume de deslocados costuma aparecer aos olhos dos governantes e de uma boa parcela da população mundial como um fenômeno tão inquietante quanto ingerível, criando um terreno fértil para o surgimento de gestos e discursos de teor estigmatizante e xenófobo, que afetam significativamente a recepção e a adaptação do migrante/refugiado ao novo país. Isso pode ser visto, principalmente, em períodos eleitorais, nos quais os pronunciamentos dos candidatos se constroem, não raro, em torno do “perigo do inimigo”, da “crise”, do “medo do outro”, figuras que, alimentadas pelas mídias e por partidos de extrema-direita, servem tanto para orientar (negativamente) a opinião pública quanto para justificar o fechamento de fronteiras e a implementação de políticas migratórias cada vez mais rígidas (Bisiaux, 2021).

Mas será que os migrantes e refugiados são tão ameaçadores assim? Voltando o olhar para o contexto brasileiro – foco deste trabalho –, considero que essa questão remete a outras mais específicas: 1) como os próprios migrantes e refugiados se veem?; 2) de que forma eles descrevem seu acolhimento e os desafios enfrentados na sua integração à sociedade brasileira?; 3) como eles são tratados pela população, em geral, sobretudo quando se pensa na imagem – estereotipada – da cordialidade do povo brasileiro?

Diante desse quadro, o objetivo deste trabalho é analisar e comparar, à luz da Análise do Discurso de linha francesa (ADF), particularmente, de quatro planos da *Semântica Global* de D. Maingueneau (2005) – temas, vocabulário, dêixis enunciativa e modo de enunciação – narrativas de vida de migrantes/refugiados, a fim de tratar de questões relacionadas à forma como eles relatam seu acolhimento no Brasil e seu processo de integração à nova sociedade.

Com isso, lançando luz sobre as noções de acolhimento/hospitalidade e integração, busco contribuir para uma reflexão sobre como as narrativas migratórias podem influenciar políticas públicas que levem em conta a situação de vulnerabilidade dos sujeitos deslocados e que valorizem uma sociedade mais diversificada e mais inclusiva.

Do ponto de vista do acolhimento – que tomo aqui como sinônimo de hospitalidade –, Agier (2018) levanta algumas questões relevantes para o contexto francês, válidas também, a meu ver, para o contexto brasileiro. O autor critica a proposta de Derrida (2003) de uma hospitalidade incondicional e ilimitada, afirmando que é preciso compreender o sentido das ações empreendidas em nome da hospitalidade, de forma associada à solidariedade, mas também à política.

Admitindo a existência de um sentido mais restrito de hospitalidade (relação entre duas pessoas: a que acolhe e a que é acolhida) e um sentido mais amplo (público), em que o mais adequado seria falar de política de hospitalidade, Agier ressalta que hoje autores mais críticos tomam a hospitalidade pública como uma metáfora enganosa das políticas de acolhimento nacionais para falar, de fato, em controles migratórios.

Diante disso, as práticas de hospitalidade tomam, não raro, a forma de uma mobilização social em redes locais e iniciativas individuais, congregando, portanto, gestos voluntários e engajamentos pessoais, face à carência do Estado ou à sua hostilidade face a certos estrangeiros.

Já no que tange à integração, Carvalho e Alves (2018) destacam que, além das políticas de assistência, que incidem sobre o tripé: saúde-alimentação-moradia, há, no Brasil, políticas de integração que se voltam para a educação, o trabalho e a cultura, como, por exemplo, o oferecimento de aulas de língua portuguesa e de cursos profissionalizantes.

O corpus da pesquisa, composto de três narrativas, foi retirado do livro *Entre-lugares: trajetórias de migrantes, refugiados e apátridas* (2019). Trata-se de relatos recolhidos – via entrevista – pelas jornalistas Paula Dornelas e Roberta Nunes, junto a sujeitos deslocados que vivem, atualmente, em Belo Horizonte - MG.

A análise dessas três narrativas, com base nas categorias da semântica global, aponta para a hostilidade com que os migrantes/refugiados foram recebidos por alguns brasileiros, o que reafirma a necessidade de se conscientizar a população, em geral, para que assumam atitudes mais positivas (e realistas) diante dos sujeitos deslocados, visto que eles, no geral, longe de serem “invasores”, “criminosos” ou, no outro extremo, sujeitos carentes e dignos de pena, se veem basicamente como pessoas de bem, que querem levar uma vida decente, trabalhando e/ou estudando no país que os acolheu, como eles próprios admitem. Afinal, a hostilidade, a intolerância e a xenofobia são atitudes que depõem contra a diversidade e a inclusão.

Por outro lado, o que se vê é que esses sujeitos têm pouco (ou nenhum) conhecimento de seus direitos, como aqueles previstos na Lei n. 13.445/2017 (Lei do Migrante). Além disso, do ponto de vista prático, o que se observa é que as iniciativas para seu acolhimento e integração têm sido empreendidas muito mais por iniciativas individuais (amigos e amigos de amigos) e de instituições (igreja, ONGs etc.) do que pelo Estado, o que confirma, no contexto brasileiro, a “leitura” que Agier (2018) faz sobre a ineficiência estatal francesa.

Essas constatações mostram a necessidade de divulgar melhor as políticas públicas de acolhimento, assistência e integração já existentes e propor outras que consigam, de fato, dar aos migrantes e refugiados uma vida digna. Cabe ainda lutar por uma maior conexão entre as esferas municipal, estadual e federal, já que se trata de um “problema” que afeta, em maior ou menor grau, todas essas instâncias.

## Referências

1. AGIER, Michel. *L'étranger que vient: repenser l'hospitalité*. Paris: Seuil, 2018.
2. BISIAUX, Sophie-Anne. *En finir avec les idées fausses sur les migrations*. Ivry-sur-Seine: Les Éditions de L'Atelier/Éditions Ouvrières, 2021.
3. BERTAUX, Daniel. *Le récit de vie. Le récit de vie*. Paris: Armand Colin, 2005.
4. CARVALHO, Danielle B.; ALVES, Rodrigo V. S. *Refugiados no Brasil: O tratamento jurídico-administrativo dos venezuelanos em situação de refúgio no território nacional*. 2018. 29f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.
5. DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.
6. DORNELAS, Paula; NUNES, Roberta. *Entre-lugares de migrantes, refugiados e apátridas*. Belo Horizonte: Jornalismo na Fronteira, 2019.
7. MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005.
8. WENDEN, Catherine W. de. *Immigration: chance ou menace?* Paris: First Éditions, 2020.